



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2026 a 31/03/2026

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/2

14.2026	Sessão Ordinária - CD	03/03/2026-17:44
Publ.: - -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, contestou o Relator da proposição, ressaltando que o Deputado Kim Kataguiri não é contra servidor, trabalhador ou serviço público, mas que a questão é debater a carga tributária imposta à população em razão do aumento salarial do funcionalismo público. Além disso, alertou para a elevada alíquota decorrente da reforma tributária, que prioriza o próprio Governo e seus funcionários em detrimento do povo. Por fim, declarou que quem gosta de trabalhador e de servidor defende um Estado enxuto e eficiente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Presidente, eu não tenho procuração do Deputado Kim Kataguiri, mas o Relator da matéria fez uma crítica ao Deputado Kim, dizendo que ele é contra o servidor, que ele é contra o serviço público, que ele é contra o trabalhador. A minha defesa é no sentido de que o Relator da matéria não entendeu que esse não é um discurso contra o servidor. Não se trata se ele merece, se ele é bom ou não. A pergunta que fica é se o trabalhador aguenta pagar.

O quanto você trabalhador que pega ônibus todo dia e se esforça para comprar remédio e comida está disposto a pagar a mais de imposto para o servidor público ter aumento? Esse projeto — é engraçado — não trata de aumento. Concede 8% em julho de 2026, 8% em julho de 2027 e 8% em julho de 2028, obviamente um ano cumulativo com o anterior, ou seja, essa é uma garantia não só do salário, porque o servidor tem garantia vitalícia, pelo menos os que são concursados. Essa é uma garantia de aumento anual num percentual



garantido, ainda que a inflação não chegue a esse padrão.

Isso é mais ou menos o seguinte: se nós estamos num prédio, a luz está com conta atrasada, o elevador está quebrado, o prédio está sujo. Faço uma reunião do síndico. O que a reunião do síndico define? Dá aumento para o segurança, para o porteiro, para o síndico e para mim mesmo. Essa é a decisão. Não é cuidar do escopo, do objetivo principal.

A pergunta que fica: o servidor deve servir a população ou se servir dele? Esse é o questionamento. Eu não vejo ninguém que trabalha todo dia e esteja disposto a pagar mais imposto. Estou dizendo que não é chororô, não é mi-mi-mi, não.

Foi votada uma reforma tributária, e todo mundo sabe que a alíquota vai ficar a segunda maior do mundo. Eu garanto que, quando ela começar a se operacionalizar, por isso e por outras coisas, vai ser, sim, a maior do mundo, porque não para, não sossega. A fome é imensa. Este é o grande problema, primeiro se pensa no próprio Governo, nos seus próprios comissionados, nos seus próprios funcionários. Pouco importa quem vai pagar a conta.

Isso não é representar a população. Quem representa e gosta do trabalhador e do servidor é aquele que quer um Estado enxuto, eficiente, quando é positivo, e mais barato para quem paga a conta. Isso, sim, ajuda o Brasil.

A orientação é "não".

Documento 2/2

37.2026	Sessão Ordinária - CD	24/03/2026-14:16
Publ.: - -	Zé Neto-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a abertura de debate no Congresso sobre o fim da escala de trabalho 6 por 1, destacando a necessidade de atender demandas de trabalhadores, em especial das mulheres. Afirmou que a proposta exige diálogo com o setor produtivo para conciliar geração de emprego e melhores condições de trabalho. Também mencionou a reforma tributária recente e sugeriu medidas complementares, como incentivo ao mercado interno e discussão sobre transporte público com tarifa zero.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, aqui nesta Casa, temos uma tarefa neste semestre que devemos cumprir com toda a fidelidade ao povo brasileiro, às trabalhadoras e aos trabalhadores



— especialmente às trabalhadoras —, que é o debate sobre o fim da escala 6 por 1.

Eu, que tenho o pé na favela, que tenho o pé nos movimentos sociais e que, no tempo da caminhada política, aprendi — como os chineses aprenderam, como os indianos aprenderam, como o mundo que está dando certo no Sul Global aprendeu — que é preciso e necessário conversar com o setor produtivo para gerarmos emprego e renda e sabermos o que nos distancia e o que nos aproxima.

Nesta Casa, construímos uma reforma tributária que não é a ideal, mas era o que tinha que ser feito. E agora tem que ser feito um debate nesta Casa para entregar à sociedade o fim da escala 6 por 1. Há divergências, há preocupação do setor produtivo, mas o que não podemos mais deixar que siga é o fato de que 71% da população já disseram o que pensam. Qual é o caminho? O caminho é apenas o debate sobre escala ou, como o próprio Presidente Lula e o próprio Ministro Marinho disseram, é possível debater a situação e tocar esse trabalho em alguns setores, com a jornada. Saída há, caminho há, o que não podemos admitir é não entregar à sociedade essa solução. A solução passa inclusive, Deputada Heloísa Helena, pelo caminho desse novo mundo.

Nós precisamos fortalecer o varejo e acabar com essa história de pagar transporte público. O transporte com tarifa zero vai ajudar a fortalecer o comércio e a encontrar uma situação em que o próprio setor produtivo nacional, especialmente o varejo físico, tenha condição de sobreviver. Tudo isso deve estar relacionado ao tempo que as pessoas têm para cuidar de seus filhos, para cuidar da vida, para cuidar dos sonhos, para se locomover, e para ter uma vida melhor. O objetivo é que as mulheres principalmente tenham mais condições de enfrentar este mundo moderno com todas as dificuldades que a gente vive.

Aliás, chega aqui o Deputado Gastão Vieira, empresário e uma figura que trabalha muito conosco nas frentes parlamentares. Ele compreende exatamente a dimensão do que é este debate sobre o fim da jornada 6 por 1, do qual nós somos a favor. Temos necessidade de, junto com o setor produtivo, encontrar um caminho para as trabalhadoras e os trabalhadores, buscando dias melhores, com mais produção, mais geração de emprego e renda. E fortalecimento, Sr. Presidente, sabe de quê? Do mercado interno produtivo. Nós temos que fazer o caminho que a China, a Índia e a Coreia estão fazendo, e que a própria Europa, agora com o Mercosul, nos chama a fazer.

Para fazer isso, é necessário ter motivação e condições melhores de trabalho para homens e mulheres que entregam suas vidas ao nosso País para construir uma nação melhor com mais dignidade e trabalho mais justo.